

**ATA DA 15ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA PARA ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS EM CONJUNTO COM A CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA, REALIZADA NA SRH, EM BRASÍLIA**

**Data:** 13 e 14/02/2001    **Início:** 10:00h do dia 13/02    **Término:** 17:00h do dia 14/ 02

**PARTICIPANTES:**

**REPRESENTANTES DOS MINISTÉRIOS:**

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu S. Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

**CONSELHOS ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS:**

Região Sudeste: Anícia A B. Pio (apio@sp.gov.br)

**CONCESSIONÁRIAS E AUTORIZADAS DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA:**

Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)

**COMITÊS, CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS:**

Fernando Antônio Rodrigues Netto (farnetto@terra.com.br/daeebpp@terra.com.br)

**RELATORA**

Flavia Gomes de Barros (flavia.barros@mma.gov.br)

**CONVIDADOS:**

Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@terra.com.br)

Mauro Ribeiro Viegas

Patrícia Helena Boson (tita@net.em.com.br)

Roberto Alves Monteiro (roalmonte@uol.com.br)

Dalvacir Evaristo Reis (dalvacir.reis@mma.gov.br)

Marcelo Taylor de Lima (marclima@horiz .com.br)

Edis Milaré (milareadogados@uol.com.br)

Maria de Lourdes Pereira dos Santos (iude@cvrd.com.br)

Rejane Beatriz de Abreu e Silva (rejane@zaz.com.br)

Emílio Carlos Praudi (epraudi@terra.com.br)

Clóvis Celso Souza (clovisca@conectanet.com.br)

Jorge Enoch Furquim Werneck Lima (werneck@aneel.gov.br)

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquels@annel.gov.br)

Roberto Coimbra (roberto.coimbra@mma.gov.br)

Edilson de Paula Andrade (ceivap@uol.com.br)

Leila C. Gomes (lgomes@sp.gov.br)

Isaura Maria Vieira Pinho (isaura@cvrd.com.br)

Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)

Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

O Presidente da Câmara Técnica Assuntos Legais e Institucionais, Dr. Júlio Thadeu, iniciou a reunião cumprimentando a todos, leu a pauta prevista e comentou que esta CT está com 05 atas de reuniões que não foram aprovadas, portanto, as mesmas serão enviadas para análise e aprovação em uma próxima reunião. A seguir, informou que o Secretário, Dr. Garrido, estará presente à reunião. Passou-se então para a discussão do 1º item da pauta referente a análise do decreto que regulamenta a Lei 9.433, de 1997. O Dr. Júlio comentou que deveria ficar bem claro o que deveria ser matéria de decreto, o que deveria ser matéria de resolução e também o que é de abrangência Nacional e Federal. Solicitou que o Dr. Édis Milaré, Dra. Dalvacir e Dra. Célia fizessem breves

comentários sobre o que, para opinião deles, deveria ser matéria de Decreto. Dra. Dalvacir comentou que este tema foi preponderante na reunião do Grupo de Trabalho no Rio de Janeiro, e, dificilmente, este assunto será esgotado. Comentou ainda, que a proposta do “Decretão” elaborada por técnico do MMA foi de consenso, mas como é matéria jurídica controvertida, sugeriu que os conceitos julgados importantes deverão ser considerados pelos membros da Câmara Técnica. O Dr. Mauro Viegas comentou que o papel da CT é entregar ao CNRH um documento claro, indicando o que deveria ser matéria de lei, de decreto ou de resolução. A Dra. Dalvacir comentou que matéria de competência do CNRH deverá ser matéria de resolução, pois na Lei 9.433, de 97, está claro que caberá ao CNRH estabelecer as diretrizes para outorga e cobrança e comentou que resolução é para definir critérios gerais e que decreto e lei são documentos utilizados para definir critérios específicos. O prof. Édís comentou que o objetivo do decreto é tornar claro o que está na lei, e quando a lei está clara não é necessário decreto. Deve-se tomar o cuidado na regulamentação da lei, para não criar novos direitos. O decreto é um ato administrativo do chefe do executivo e resolução é um ato normativo do órgão colegiado. Portanto, o prof. Edis sugeriu que seja feita uma análise dos itens do decreto para identificar o que deve ser matéria de decreto ou resolução. Dra. Isaura entende também que o estabelecimento dos critérios gerais é de competência do CNRH, a ANA tem a competência de implementar a política e comentou que os critérios específicos não podem ser mais restritivos do que os gerais. Dra. Leila leu o parecer do Dr. Van Acker e dos juristas do DAEE, anexo 1, nos quais as opiniões coincidem sobre o fato de não ser necessário decreto para regulamentar matérias que são de competência do CNRH. Dr. Júlio comentou que a proposta de decreto apresentada é muito específica para regulamentar cobrança e outorga. Dra. Dalvacir comentou que o decreto deve definir a organização, estrutura e atribuições dos órgãos do governo federal e também as metas de governo, já a lei define a base filosófica e a política do governo. Foi comentado a necessidade de se elaborar um decreto específico para regulamentar o regime de racionamento. Dr. Garrido esteve presente na reunião e após fazer comentários sobre a Lei 9.433, de 97 e Lei 9.984, de 2000, enfatizando as competências do CNRH e da ANA, questionou se ainda existia matéria para ser regulamentada por decreto. Dra. Patrícia, comentou a importância do CNRH e que é fundamental os membros da Câmara Técnica apresentarem uma avaliação deste documento, para que o Conselho não caia em descrédito. Após diversas considerações como foi consensado que será elaborado um documento com considerações e propostas ao documento original. Após esta conclusão o Dr. Garrido deixou a reunião. Iniciou-se então a análise de decreto como um todo, a partir da versão elaborada pelo Grupo de Trabalho (Anexo2). No tocante ao Art. 26, parágrafo 2º da referida minuta de Decreto, a Dra. Sonáli expressou que o Setor Elétrico paga Compensação Financeira pela utilização dos recursos hídricos, desde a instituição das Leis Nº 7.990 de 28/12/89 e Nº 8.001 de 13/03/1990. Inicialmente, um valor equivalente a 6% da energia produzida. Hoje, um valor correspondente a 6,75% da energia produzida, após o surgimento da Agência Nacional de Águas, cuja lei de criação (Lei Nº 9.984 de 17/07/2000) ao tempo em que afirma em seu Artigo 28, “A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei Nº 7.990 de 28/12/89, será de seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento sobre o valor da energia elétrica produzida...”, no parágrafo 2º do mesmo artigo, estabelece que “A parcela a que se refere o inciso II do § 1º (no caso 0,75%) constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e será aplicada nos termos do Art. 22 da lei 9.433, de 1997. A Dra. Sonáli concluiu a exposição da questão, considerando a necessidade de uma análise jurídica da mesma, a fim de se eliminar a interpretação dúbia existente na lei de criação da ANA (Lei Nº 9.984/2000), haja vista que a proposta de Decreto, em tramitação no CNRH, reafirma em seu Art. 26, apenas o § 2º, do Art. 28 da Lei Nº 9.984, de 2000, sem fazer alusão ao que está explicitado no caput do referido artigo.

e a reunião terminou às 21:00 horas retornando no dia seguinte, 14/02, às 10:30 horas. O Dr. Júlio Thadeu reiniciou os trabalhos resumindo as atividades do dia anterior lembrando que o documento referente a análise do decreto deverá conter todas as justificativas e considerações referentes às propostas aditivas, supressivas e substitutivas. Após concluir a análise do decreto, ficou estabelecido as pessoas que serão responsáveis pela elaboração das justificativas no documento, indicado no anexo 3, para serem discutidos na próxima reunião. O Dr. Garrido

novamente esteve na reunião e comentou a competência do CNRH em opinar sobre a legislação de Recursos Hídricos. O Secretário solicitou ainda um estudo primoroso sobre o Decreto 3.692, de 2000, apontando o que contém neste decreto e não está em consonância com a Lei 9.433, de 1997. Após estas considerações, o Dr. Garrido deixou a reunião e o Dr. Júlio deu continuidade aos trabalhos de análise do decreto. A seguir iniciou-se a discussão da proposta de alteração do Regimento Interno com base no texto da revisão 03 de 02/02/01, anexo 4. O Dr. Marcelo apresentou considerações sobre o documento e encaminhou as sugestões de alteração de redação. Concluídas as discussões das considerações do Dr. Marcelo, a Dra. Cristina e Dra. Maria de Lourdes apresentaram suas considerações, e os itens consensados foram acrescentados no texto, anexo 5. Após a discussão do regimento foi discutida a solicitação da REBOB para alteração do regimento referente ao custeio de diárias e passagens. Esta solicitação não foi aceita pelos membros da Câmara Técnica, e foi lembrado que este assunto é matéria de decreto. Após a discussão de todos os assuntos o Dr. Júlio encerrou a reunião informando que a próxima reunião será em São Paulo/SP, no dia 22/02/2001.

Julio Thadeu Kettelhut  
Presidente

Flavia Gomes de Barros  
Relatora

Ata aprovada na XVIII realizada em 05/04/2001.

Anexo I - Parecer do professor Van Ackey;

Anexo II – Decreto que regulamenta as Leis 9.433, de 1997 e 9.984, de 2000;

Anexo III – Justificativa;

Anexo IV – Proposta do Regimento Interno;

Anexo V – Consolidações da Dras. Cristina/Iude.

Obs: A Dra. Sonáli solicitou e, com a concordância de todos, foi inserido o seguinte trecho na ata desta reunião: No tocante ao art. 26, parágrafo 2º, da minuta de Decreto que regulamente as Leis nº 9.433, de 1997, e nº 9.984, de 2000, a Dra. Sonáli expressou que o setor elétrico paga compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos desde a instituição das Leis nº 7.990, de 28/12/89, e nº 8.001, de 13/03/90; inicialmente, um valor equivalente a 6% da energia produzida e hoje, um valor correspondente a 6,75% da energia produzida, após o surgimento da Agência Nacional de Águas, cuja lei de criação (Lei nº 9.984, de 2000) ao tempo em que afirma em seu art. 28 que *“A compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990, de 28/12/89, será de seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento sobre o valor da energia elétrica produzida...”*, no parágrafo 2º do mesmo artigo estabelece que *“A parcela a que se refere o inciso II do § 1º (no caso, 0,75%) constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e será aplicada nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997”*. Após discussão na CT sobre o assunto, a Dra. Sonáli concluiu a exposição da questão, considerando a necessidade de uma análise jurídica da mesma, a fim de se eliminar a interpretação dúbia existente na lei de criação da ANA, haja vista que a proposta de Decreto, em tramitação no CNRH, reafirma, em seu art. 26, apenas o § 2º do art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, sem fazer alusão ao que está explicitado no caput do referido artigo.